



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PROCURADORA ÉRIKA PATRÍCIA S. DE OLIVEIRA

## NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA COLETIVA

Nº. 003/2021/GPEPSO/GPGMPC-RO

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA – MPC/RO**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais constantes do artigo 129 da Constituição da República Federativa do Brasil e do artigo 83 da Lei Complementar nº. 154/96;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 127 da CRFB, que preconiza que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 80 da Lei Complementar nº. 154/96 que estabelece competir ao Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, em sua missão institucional, a guarda da lei e fiscalização da Fazenda Pública, promovendo a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses difusos e coletivos, além de outras estabelecidas no ordenamento jurídico;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 27, parágrafo único, IV da Lei nº. 8.625/93, que faculta ao Ministério Público expedir recomendação aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal;

**CONSIDERANDO** que, à luz do princípio da eficiência, deve o Administrador gerenciar os recursos públicos de forma economicamente viável, atrelando-se à incessante busca por resultados positivos que reflitam benefícios à toda a coletividade;

**CONSIDERANDO** que, nos termos do artigo 3º, “caput”, da Lei nº. 8.666, de 1993, a licitação deve buscar sempre a proposta mais vantajosa para a Administração, primando pela eficiência e economicidade, princípios também consagrados na novel Lei de Licitações (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

**CONSIDERANDO** que, por meio da Notificação Recomendatória nº. 09/2018/GPEPSO, expedida ao Município de Mirante da Serra, este *Parquet* entendeu que o critério de julgamento “menor taxa de administração” não é suficiente para lograr a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração, uma vez que o custo a ser dispendido pela Administração a título de taxa de administração, despesa que é efetivamente disputada no certame, é insignificante frente ao valor a ser gasto com produtos/serviços que não são objeto de

disputa, metodologia esta que tem o condão de ocasionar milhares de prejuízos aos já combalidos cofres da saúde;

**CONSIDERANDO** que tramita no Tribunal de Contas do Estado o processo nº. 1.080/2021-TCER, que tem por finalidade perscrutar os indícios de ilegalidades no Pregão Eletrônico nº. 20/2021, deflagrado pelo Município de Vale do Anari, cujo objeto é o registro de preços para contratação de empresa especializada em gerenciamento de cartões por rede credenciada com fornecimento de materiais farmacológicos, hospitalares, odontológicos, laboratoriais e químicos, operada através da utilização de sistema via web próprio da contratada;

**CONSIDERANDO** que, nos autos citados, o r. Relator concedeu a tutela de urgência pleiteada pelo Corpo Técnico do Sodalício, notadamente por ter identificado a probabilidade do direito (contratação com grave afronta aos princípios da economicidade e vantajosidade) e o risco de dano grave (concretização da irregularidade, vez que estava na iminência de serem postas em prática, ante o início da fase de lances da disputa), determinando-se que o Município de Vale do Anari suspendesse o certame até que sobreviesse ulterior decisão da Corte;

**CONSIDERANDO** que o Município de Theobroma deflagrou o Pregão Eletrônico nº. 023/2021, Processo n. 387/2021, com objeto, em sua essência, idêntico, qual seja, a contratação de empresa especializada em gerenciamento de cartões por rede credenciada com fornecimento de materiais farmacológicos, hospitalares, odontológicos, laboratoriais e químicos - operada através da utilização de sistema via web próprio da contratada, para fins de registro de preços, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde, no valor estimado de R\$ 768.393,75;

**CONSIDERANDO** que, analisando o procedimento licitatório levado a efeito pelo Município de Theobroma, verificamos não existir, no calhamaço, qualquer estudo técnico capaz de assegurar que o modelo de contratação adotado é mais vantajoso à Administração do que a contratação diretamente com os fornecedores (sem a interveniência de empresa gerenciadora), não havendo elementos indicando que a administração municipal buscou aferir a vantajosidade econômica da possível contratação, seja por meio de estudo realizado por ela própria ou pela busca da experiência de outros órgãos que adotaram essa metodologia para esses produtos;

**CONSIDERANDO** que, no vertente caso, o critério de julgamento é o MENOR PREÇO GLOBAL (MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO/GERENCIAMENTO) aplicado sobre o valor que a Administração estima gastar com os produtos, desprezando, por consectário, qualquer diminuição efetiva nos preços dos bens (medicamentos, material penso, odontológico e materiais de laboratório), não sendo possível aferir qualquer vantajosidade das aquisições que se pretende realizar, já que resta eliminada qualquer economia de escala que seria experimentada pela Administração;

**CONSIDERANDO** que, para agravar ainda mais a situação, o modelo de aquisição diretamente na Rede Credenciada da empresa contratada<sup>[1]</sup> retira da disputa, ou dá azo a que isso ocorra<sup>[2]</sup>, as grandes empresas de medicamentos e materiais, únicas que possuem condições de ofertar melhores preços à Administração Pública dado o volume de negócios;

**CONSIDERANDO** que há previsão no Termo de Referência de que as solicitações da Administração Pública relacionadas a medicamentos deverão ser atendidas no prazo de 24h, o que revela sério indício de que as aquisições poderão ser feitas “em balcão”, denotando, mais uma vez, a ausência de vantajosidade e economicidade.

**CONSIDERANDO**, que para balizar o preço e certificar-se de que se encontra de acordo com o praticado no mercado previu-se no Termo de Referência apenas a apresentação de “orçamento prévio”, sem qualquer detalhamento de suas características mínimas, ao mesmo tempo em que previu, em outras passagens do Termo de Referência, a apresentação de 3 orçamentos pela rede credenciada, ignorando a existência de tantas outras fontes de preços públicos;

**CONSIDERANDO**, por fim, a previsão no Termo de Referência de que é de responsabilidade da empresa vencedora **executar** “todos os serviços laboratoriais conforme as especificações contidas neste termo de referência e no edital”, o que se revela no mínimo bastante estranho porque dificilmente uma empresa gerenciadora também presta serviços laboratoriais;

O Ministério Público de Contas **RESOLVE** expedir a presente **NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA**, para o fim de:

**I – RECOMENDAR ao Prefeito de Theobroma, Senhor GILLIARD DOS SANTOS GOMES e ao Secretário Municipal de Saúde, Senhor JOVANE CORDEIRO FORGIARINI, QUE SE ABSTENHAM** de dar continuidade ao Pregão Eletrônico nº. 023/2021 até que o Tribunal de Contas do Estado decida o mérito do processo nº. 1080/2021, de objeto idêntico ao licitado pelo Município por meio do processo administrativo nº. 387/2021, notadamente por terem sido desnudadas, em ambos os casos, irregularidades que afrontam, gravemente, os princípios da economicidade e da vantajosidade (*fumus boni iuris*), razão porque a continuidade da contratação, nos moldes licitados, poderá ensejar o pagamento irregular de despesas com grave repercussão danosa ao erário (*periculum in mora*);

Por fim, esclarece-se que a presente Notificação Recomendatória não reflete, não interfere e nem vincula a atuação própria do Tribunal de Contas, posto que se trata de orientação pedagógica e preventiva contemplada no inciso IV do art. 27 da Lei Federal nº 8.625/93 c/c art. 98-H da Lei Complementar nº 154/96, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento dos atos administrativos.

Porto Velho/RO, 29 de junho de 2021.

**ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS**

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

**ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA**

Procuradora do Ministério Público de Contas

[1] muito embora tenha exigido que distribuidores e laboratórios integrassem a rede credenciada, inexistente qualquer vinculação ou preferência às grandes empresas e distribuidoras.

[2] especialmente porque exige apenas a mera coleta de 3 orçamentos aleatórios, sem especificar onde deverão ser obtidos (farmácia, distribuidor..).



Documento assinado eletronicamente por **ADILSON MOREIRA DE MEDEIROS, Procurador-Geral**, em 29/06/2021, às 12:31, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA PATRÍCIA SALDANHA DE OLIVEIRA, Procuradora**, em 29/06/2021, às 20:44, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0310206** e o código CRC **C8333B6C**.

**Referência:** Processo nº 004049/2021

SEI nº 0310206

Av. Presidente Dutra, 4229 - Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-327 - Fone (69) 3609-6318 / 6319  
[www.mpc.ro.gov.br](http://www.mpc.ro.gov.br)